



VI-209 – PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COMO UM INDICADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS

Mariana Lima Rodrigues⁽¹⁾

Química Ambiental pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Saúde Pública na Linha de Pesquisa Política, Planejamento e Gestão Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Euder Glendes Andrade Martins

Biólogo. Mestre em Ciências Biológicas. Pesquisador do Centro de Capacitação e Pesquisa em Meio Ambiente da Universidade de São Paulo (USP).

Juliana Barbosa Zuquer Giaretta

Bióloga. Especialista em Saúde Ambiental e Mestranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Tadeu Fabrício Malheiros

Engenheiro Civil e Ambiental. Doutor em Saúde Pública. Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP).

Arlindo Philippi Jr

Engenheiro Civil e Sanitarista. Doutor em Saúde Pública. Professor Titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Endereço⁽¹⁾: Av. Dr. Arnaldo, 715 - Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP: 01246-904 - Brasil - Tel: (11) 9127-8215 - e-mail: maryrodrigues@usp.br

RESUMO

Uma adequada gestão ambiental deve ter como estratégias a internalização do componente ambiental nos processos decisórios. Este deve ser priorizado tanto quanto as políticas econômicas e sociais para aproximar o município do desenvolvimento sustentável. Um dos instrumentos de gestão ambiental é a Agenda 21 Local, que subsidia o planejamento do Município a partir de diretrizes que considerem o meio ambiente nas discussões políticas, tendo como base a participação social nestas. A sociedade civil deve exercer seu papel atuando como formuladora das políticas e, desta forma, legitimando as ações locais. Há lacunas no que se refere aos processos institucionalizados de avaliação das políticas, que seriam de indiscutível importância para atestar a qualidade das ações na sua implementação (Planos, Programas ou Projetos), especialmente quanto à sua efetividade. O objetivo deste trabalho é discutir a percepção da comunidade sobre as políticas públicas ambientais no Distrito de Paranapiacaba e Parque Andreense, enquanto ferramenta para planejamento e gestão ambiental. Para cumprir o objetivo foram realizadas leituras que conceituassem os termos “percepção” e “políticas públicas”; entrevistas exploratórias com profissionais de diversas áreas e instituições; levantamento documental junto à Prefeitura Municipal de Santo André e Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense; e, finalmente, aplicação de questionário quantitativo a uma amostra representativa da população residente. A tabulação dos dados se deu por meio da ferramenta MS Excel e a análise final consistiu em atribuir significado às informações estatísticas à luz dos conceitos-chave da pesquisa e considerando seu contexto de realização, entendido a partir da análise documental. As entrevistas com a população de estudo revelaram problemas de infra-estrutura na região e a percepção da comunidade acerca dos programas ou projetos ambientais promovidos em âmbito local apresentou-se fragilizada.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Ambientais, Percepção, Gestão Ambiental.

INTRODUÇÃO

A definição de desenvolvimento sustentável mais difundida em âmbito mundial é a definida pelo Relatório Brundtland, como sendo “o que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988). Há, porém, a necessidade de que discussões sejam feitas acerca desse conceito que o simplifique e que implique em uma aplicação de seus fundamentos à vida cotidiana da população, incluindo as discussões ambientais em igual proporção às atenções direcionadas às questões econômicas e sociais (CHAVES, 2006).



A reflexão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento pelos países foi estabelecida a partir da Agenda 21 Global, que é o plano de ação da Organização das Nações Unidas – ONU. Esta foi definida como um instrumento de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável pelas nações, onde, os países participantes assinaram um acordo comprometendo-se a elaborar uma Agenda 21 Nacional considerando a realidade sócio-econômica individual, porém em acordo com os princípios e acordos propostos em nível global (MMA, 2008).

O capítulo 28 da Agenda 21 Global prevê, ainda, a existência de Agendas Locais que priorizem a participação da sociedade civil para elaboração das diretrizes políticas que culminem em ações para mitigação, controle e monitoramento dos problemas ambientais (MMA, 2008). Assim, é considerada como um dos diversos instrumentos de gestão ambiental que subsidiam o planejamento do Município, aproximando os seus objetivos de desenvolvimento com a sustentabilidade local (ÁVILA *et al.*, 2008).

Philippi Jr. e Malheiros (2007) propõem que é papel central da gestão ambiental local internalizar o componente ambiental no processo de tomada de decisão, que deve ser priorizada tanto quanto as outras políticas de cunho econômico e social a fim de promover o desenvolvimento sustentável. E que cabe aos atores, sociedade civil e setor empresarial, inclusos nesse processo, pressionar o setor governamental para que formulem políticas públicas voltadas para o meio ambiente, igualmente parte integrante do sistema.

Para que haja uma gestão ambiental é necessário que as políticas contempladas por estes instrumentos, portanto, sejam planejadas como ações - Planos, Programas e Projetos (PPP) - que atendam aos objetivos sustentáveis e que esse processo político-administrativo assegure a participação da sociedade civil organizada na formulação, implementação e avaliação das políticas (COIMBRA, 2008).

Nas últimas décadas, notam-se avanços quanto à formulação e implementação de políticas públicas que considerem a vertente ambiental constituinte dos espaços de discussão, alinhada à saúde e viabilidade socioeconômica. Estudos apontam lacuna nas ações de avaliação do processo de implementação destas políticas, não possibilitando o estabelecimento de mecanismos sistemáticos de ajustes no conjunto de políticas e de monitoramento dos resultados esperados (CEZARE *et al.*, 2007; DALAL-CLAYTON e BASS, 2002).

A avaliação, portanto, é uma ferramenta de gestão, e a sua não inserção no processo político indica uma lacuna no entendimento de um modelo prático do ciclo político (FARIA, 2003). A avaliação das políticas em qualquer das suas esferas faz-se necessária para os atores políticos compreenderem a efetividade dos Planos, Programas e Projetos (PPP) propostos, além do processo político em si para delinear os PPP e nortear as tomadas de decisão.

Silva e Melo (2000) propõem que o processo de avaliação deve ser um momento de aprendizado, que acompanhe os atores envolvidos (*stakeholders*) nas formulações das políticas e conseqüentemente nos processos decisórios. Desta forma, um dos principais atores deste processo é a sociedade civil junto aos momentos decisórios, estimulando uma relação de co-responsabilidade com o Estado, conferindo legitimidade às decisões e ações do governo e proporcionando a democratização do Estado.

Entretanto, o processo de formulação das políticas públicas (ambientais, econômicas e sociais), deve considerar alguns fatores para sua melhoria, dentre eles: como a sociedade percebe a importância da interface entre as esferas políticas e seu processo de elaboração e implementação; a percepção do poder público legislativo (formulador das políticas) e executivo (implementador das políticas) quanto aos resultados das suas propostas de governo para corrigir o rumo destas políticas.

No Brasil, a questão da participação social na formulação das políticas públicas ambientais pode ser considerada recente, sendo pertinente o desenvolvimento de pesquisas nesse campo. Ademais, a relação sociedade-poder público é importante e mais visível no momento da percepção dos conteúdos políticos - PPP - tendo em vista que a população tem contato mais direto com os efeitos das políticas formuladas e implementadas, podendo indicar os rumos a serem tomados pelo órgão administrativo (FREY, 2000).

O Distrito de Paranapiacaba e Parque Andreense apresenta estas características. Está localizado no município de Santo André, inserido na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Além disso, encontra-se em área de Proteção e Recuperação de Mananciais, tema presente nas discussões políticas do distrito, que possui diversos instrumentos de participação ativa da sociedade nas tomadas de decisão.



Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é discutir a percepção da comunidade sobre as políticas públicas ambientais no Distrito de Paranapiacaba e Parque Andreense enquanto indicador para planejamento e gestão ambiental local, por entender que a percepção da sociedade civil é essencial na identificação do perfil das políticas ambientais locais, bem como se os resultados esperados estão sendo atingidos.

MÉTODOS

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), o modelo de investigação deve estar apoiado em pesquisa exploratória que comporte além de leituras e entrevistas, outros métodos complementares como a observação. Neste sentido, o embasamento teórico desta pesquisa foi realizado a partir de leituras que conceituassem os termos “percepção” e “políticas públicas”, conceitos-chave utilizados neste trabalho. Procedeu-se também a realização de entrevistas com profissionais de diversas áreas e instituições, visto que a temática da pesquisa em foco apresenta caráter multidisciplinar, e assim advém a importância de estudos de prospecção e levantamentos de referências que orientem a revisão bibliográfica e a elaboração da pesquisa de campo proposta (aplicação de questionários quantitativos).

As leituras são importantes para conhecer e contextualizar o problema de partida e as entrevistas auxiliam o pesquisador a aproximar-se da realidade do problema, permitindo que aspectos peculiares sejam identificados e, desta forma, contribuindo para o alargamento ou a retificação das leituras (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1992).

O levantamento documental referente ao campo empírico envolveu materiais disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA) e documentos doados pela PMSA e Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense (SPPA). Também, coletaram-se informações de reuniões com representantes da subprefeitura a fim de promover um espaço de troca de informações, discutir assuntos pertinentes à pesquisa (formato de colaboração, moldes de apresentação, etc.) e integrar colaboradores públicos, conforme proposta de um processo participativo de desenvolvimento deste estudo.

O campo empírico desta pesquisa, o Distrito de Paranapiacaba e Parque Andreense, localiza-se no Município de Santo André – SP (Figuras 1 e 2), que se constitui em uma região diferenciada pelas seguintes características: isolamento geográfico imposto pela presença da represa Billings; distância da área urbana central e legislação ambiental de uso e ocupação do solo restritiva. São dois os principais núcleos situados na região: o Parque Andreense e a Vila de Paranapiacaba, onde estão concentrados os equipamentos públicos de saúde e educação e ambos totalizam 6.392 habitantes, conforme Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, incluindo os cinco núcleos de favelas existentes, denominados localmente de “ruas”.

A porção do território andreense está inserida em uma Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) de Santo André e a ocupação ocorre a partir de 17 loteamentos distribuídos na região. A Vila de Paranapiacaba está assentada no topo da Serra de Mar e foi formada em função da construção da estrada de ferro (PMSA, 2006).



Figura 1: Mapa de localização do município de Santo André no Estado de São Paulo, Brasil.

Fonte: ABREU, R. L., 2009.



Figura 2: Distritos de Santo

Fonte: PMSA, 2006.



A Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense foi criada em 2001 e tem permitido a consolidação do Poder Público na região, com ações de: prestação de serviços públicos; estímulo ao uso e ocupação do solo de forma ambientalmente sustentável; geração de trabalho e renda; controle ambiental; cuidados com o Patrimônio Histórico, dentre outras providências (PMSA, 2006).

A Lei Municipal nº 8.175/01 versa sobre a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense e suas competências, como elaborar e implementar ações para a melhoria contínua da qualidade ambiental da região; realizar obras e atividades de manutenção das áreas e equipamentos públicos da região; desenvolver políticas de educação ambiental na região; desenvolver programas de qualificação profissional para a comunidade buscando o desenvolvimento sustentável. Para identificar, portanto, se as políticas ambientais são percebidas pela população foi aplicado um questionário.

O questionário aplicado à comunidade residente na região é de caráter quantitativo, apresentando questões fechadas, ou seja, um conjunto de alternativas propositivas, sendo dentre outros objetivos o de limitar o inquirido a duas ou mais respostas, dentre as quais aquela que reflita sua opinião seja assinalada. O questionário foi dividido em blocos: *Perfil* (questões para classificação do perfil do respondente: sexo, idade, grau escolar, renda mensal familiar, etc.), *Meio Ambiente* (questões que captem a percepção ambiental) e *Políticas Públicas Ambientais* (questões para identificar sua visão em relação às políticas ambientais locais). A aplicação do instrumento da pesquisa foi realizada em formato de entrevistas por pesquisadores da equipe MEGA, após treinamento desses para esta atividade.

A pesquisa por amostragem permite a generalização do assunto proposto, estudando somente uma parcela do público-alvo da pesquisa. A partir da taxa de crescimento populacional entre os Censos de 1991 e 2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a projeção da população para o ano de 2008 foi de 7011 habitantes. A definição da amostra representativa da população seguiu a metodologia utilizada por Addison (2003) e Fonseca e Martins (1996: p. 179) e esta foi proporcional para cada loteamento. Consideraram-se 17 loteamentos que corresponde ao Parque Andreense; e a Vila de Paranapiacaba (Figura 3) para realização da pesquisa de campo. Os respondentes da pesquisa foram abordados nos seus domicílios e estes foram determinados a partir de seleção sistemática, considerando um intervalo de domicílios e proporção dos mesmos por segmento.

O Loteamento Chácaras Carreira não participou da pesquisa, tendo em vista ser um núcleo de favelas, não considerado como uma organização de domicílios. O número de entrevistas proporcional por loteamento pode refletir em amostras menores para uns em detrimento de outros. Com a finalidade de melhorar a expressão dos resultados da pesquisa de campo, agrupamentos de loteamentos foram feitos, resultando em 14 regiões de aplicação do instrumento de pesquisa.

Previamente à aplicação do questionário proposto foi realizado um pré-teste em parcela de um público com características semelhantes ao da aplicação definitiva a fim de testar o formato de aplicação e o instrumento da pesquisa.

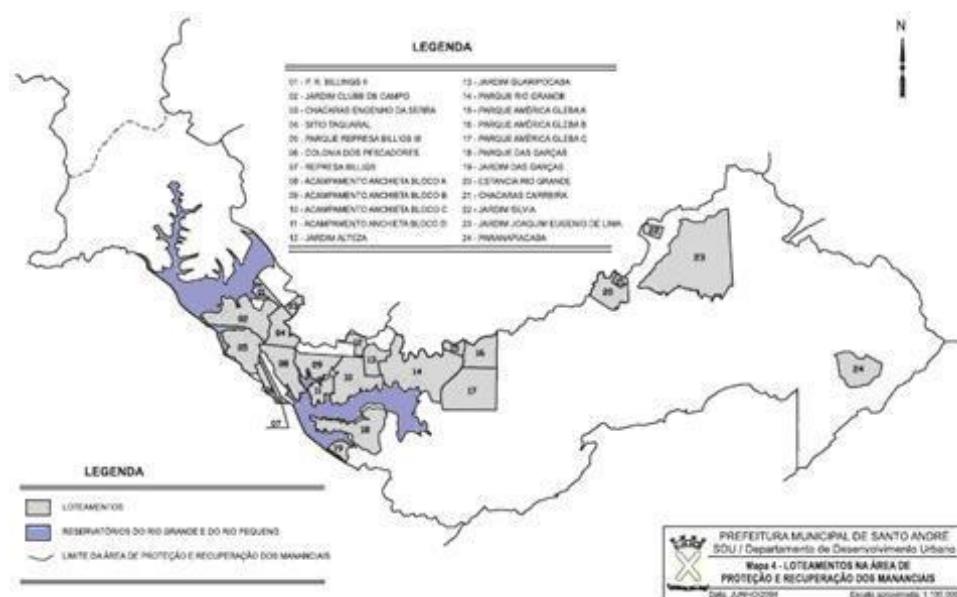


Figura 3: Núcleos populacionais (loteamentos) do Distrito

Fonte: PMSA, 2006.

A população de estudo compreendeu adultos com idade acima de 18 anos, responsáveis pelo domicílio - homem ou mulher - sendo o respondente da pesquisa quem estivesse disponível ou interessado em respondê-la. Critérios de amostragem probabilística estratificada, segundo Silva (2001), foram utilizados para delimitar o número de entrevistas por loteamento - estrato - (Tabela 1) e os domicílios participantes da pesquisa foram indicados por seleção sistemática.

Tabela 1: Amostra por estrato

Nº	LOTEAMENTO	NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICIPANTES
1	Parque Represa Billings II (Gleba II)	17
2	Chácara Engenho da Serra	5
3	Jardim Clube de Campo	71
4	Sítio Taquaral	13
5	Parque Represa Billings III (Gleba III)	40
6	Parque Billings	6
7	Acampamento Anchieta	16
8	Jardim Guaripocaba	7
9	Parque das Garças	9
10	Parque Rio Grande	13
11	Parque América	18
12	Estância Rio Grande	7
13	Jardim Joaquim Eugenio de Lima	8
14	Vila de Paranapiacaba	19
	SOMA	250

Foram realizadas 230, das 250 entrevistas propostas na amostra. Este é um valor relevante, tendo em vista que um valor maior de entrevistas foi proposto justamente para que se mantivesse uma margem de tolerância de entrevistas não realizadas não comprometendo, desta forma, a relevância estatística. A Tabela 2 contém os números de entrevistas realizadas por loteamento.



Tabela 2: Entrevistas realizadas por loteamento

Nº	LOTEAMENTO	NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS
1	Parque Represa Billings II (Gleba II)	17
2	Chácara Engenho da Serra	5
3	Jardim Clube de Campo	68
4	Sítio Taquaral	13
5	Parque Represa Billings III (Gleba III)	35
6	Parque Billings	6
7	Acampamento Anchieta	16
8	Jardim Guaripocaba	7
9	Parque das Garças	0
10	Parque Rio Grande	13
11	Parque América	20
12	Estância Rio Grande	5
13	Jardim Joaquim Eugenio de Lima	4
14	Vila de Paranapiacaba	21
	SOMA	230

A tabulação e representação dos dados se deram por meio da ferramenta MS Excel e a análise final consistiu em atribuir significado às informações estatísticas por meio de interpretação dos dados coletados em campo à luz dos conceitos-chave da pesquisa, levando-se em conta o contexto entendido a partir da análise documental.

PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A percepção, de acordo com Forgas (1971), pode ser definida como um processo de extrair informação, a partir da “recepção, aquisição, assimilação e utilização do conhecimento”, no qual estão subordinados a aprendizagem e o pensamento. As informações extraídas do ambiente, em parte se configuram como processo de aprendizagem que se liga ao fator experiência do organismo e em parte ao pensamento, que resulta de uma situação-problema sob a qual o organismo se encontra.

A percepção pode identificar também a visão que o homem tem de sua participação e atuação ou necessidades, anseios e interesses, podendo “fornecer aos órgãos dirigentes orientações mais adequadas para as decisões em nível político, socioeconômico e de desenvolvimento” (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996; p. 237).

No Brasil, a questão da participação social na formulação das políticas públicas ambientais pode ser considerada recente, sendo pertinente o desenvolvimento de pesquisas nesse campo. Portanto, identificar a percepção de uma população sobre determinado assunto pode indicar as ações promovidas (participação) por esta e referenciar não só alterações políticas como orientar para planos, programas ou projetos na área de educação ambiental, fortalecendo, desta forma, a participação social e, conseqüentemente, a relação governo-sociedade civil.

A pesquisa proposta insere-se no Projeto MEGA - “Avaliação Estratégica do Processo de Implementação das Políticas Públicas de Desenvolvimento e Meio Ambiente no Município de Santo André-SP”, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - com objetivo geral de desenvolver uma Metodologia de Avaliação Estratégica de Processo de Gestão Ambiental visando à implementação de políticas públicas no contexto da promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável a partir de estudos desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar.

No âmbito local, a participação social nos processos decisórios, promovida a partir de instrumentos que estabeleçam essa integração é mais evidente em municípios das regiões sul e sudeste do país. Ainda assim, algumas experiências são reportadas para o Nordeste, como por exemplo em municípios do Estado da Bahia, o que indica um crescimento quanto às atenções voltadas para essa temática. No município de Vitória da Conquista foi evidenciada uma inicial resistência à inserção de atores não-governamentais aos processos de tomada de decisão, o que caracterizou o primeiro ano de experiência. Em municípios onde não há disponibilização de verba orçamentária para deliberar acerca dos problemas municipais no Orçamento



Participativo, outros conselhos podem ser propostos. Em Pintadas (BA), uma comunidade extremamente rural que, a partir da criação do Conselho Popular (CP) estimulou a participação da população local para propor alterações, novas diretrizes, e definir prioridades nas políticas públicas locais.

Os conselhos, nas suas mais variadas finalidades de atuação, são um dos espaços de promoção da discussão estado - sociedade civil sobre as políticas públicas locais. As experiências são importantes para identificar momentos de possíveis mudanças quanto à estrutura política existente, porém a não-institucionalização desses espaços de discussão acaba por não serem contínuos e não estarem inseridos no ciclo político (MILANI, 2007).

PERCEPÇÃO SOCIAL COMO INDICADOR DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS LOCAIS

Algumas das questões propostas no instrumento de pesquisa foram selecionadas para serem discutidas neste trabalho. Inicialmente julga-se importante apresentar um panorama geral que caracterize a população residente entrevistada.

Do total dos entrevistados, 56% são do sexo feminino e 44% do sexo masculino. As faixas etárias com maior percentual de entrevistados foram as de 31 à 45 anos e de 46 à 60 anos, conforme representado na Figura 4.

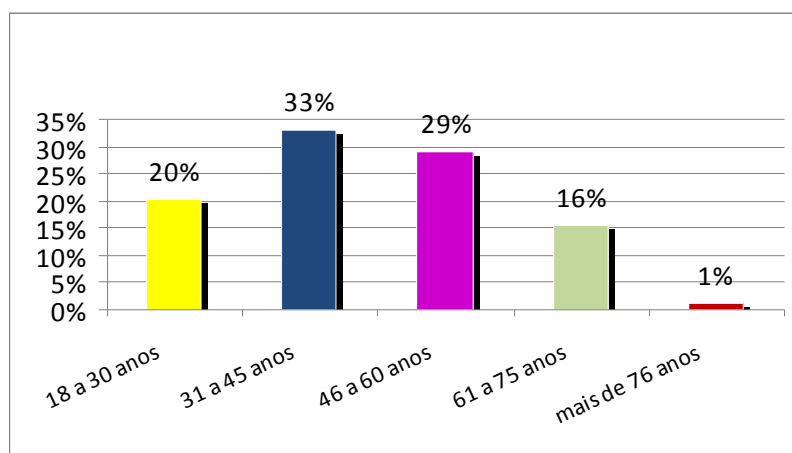


Figura 4: Percentual da faixa etária dos entrevistados

Nota-se que a população respondente está mais concentrada no intervalo entre 31 e 60 anos. A população é relativamente expressiva para a faixa acima dos 46 anos, e ainda acima de 61 anos, porém isso se configura como o esperado para a região. Pois muitos de seus moradores vão morar nestas localidades quando já estão em idades avançadas por diversos motivos, sendo um deles usufruir da tranquilidade.

A escolaridade apresenta maiores percentuais para o Ensino Infantil (23%), Fundamental (30%) e Médio (34%). Menor percentual dos entrevistados chegou a cursar o Ensino Superior (8%) e 4% nunca estudaram.

Quanto à ocupação (Figura 5) verifica-se que o valor de percentual apresentado para aposentados ou pensionistas é relativamente expressivo, o que se pode esperar a partir do perfil da idade reportada.

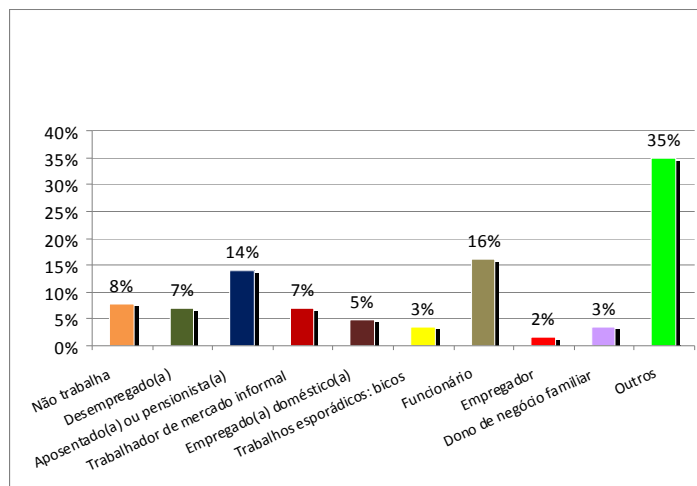


Figura 5: Percentual de ocupação dos entrevistados

Na categoria “outros”, enquadram-se donas de casa (19%), autônomos (4%) e caseiros (3%). A renda mensal familiar composta entre 1 e 2 salários mínimos corresponde a 30% da população e entre 2 e 3 salários mínimos a 20%) e apenas 13% dos respondentes apresenta renda mensal familiar superior a 5 salários mínimos.

O tempo de residência na região - superior a 10 anos - caracteriza 66% da população em estudo.

Em relação à infra-estrutura, 95% dos entrevistados têm sistema de coleta domiciliar do lixo e 5% deles colocado em caçamba, o que é esperado para o loteamento Jardim Clube de Campo, onde há pontos de depósito de lixo espalhados pela gleba. Foi questionado também se o entrevistado separava o material reciclável e 73% foi a porcentagem de respostas positivas.

A fonte de abastecimento de água para a maioria da população (57%) é proveniente de poço individual; 27% é comprada de caminhão-pipa e apenas 18% da população tem acesso a água encanada por meio da rede de abastecimento regular.

O quadro referente a coleta e tratamento do esgoto doméstico é desanimador e alarmante, mas não muito diferente quando comparado com a média de cidades das regiões norte e nordeste. Porém, para um panorama de APRM, este quadro pode ter uma perspectiva pior quando relacionado a esse contexto de inserção, pois 54% do esgoto é coletado em fossa séptica, 20% em fossa negra ou rudimentar e 13% em rede de esgoto não identificada. São reportados pelos residentes que boa parte do esgoto coletado é despejada a céu aberto, seja em rua, terreno baldio e outros ou quando lançados “in-natura” diretamente nos corpos d’água.

Para atender ao objetivo proposto de discutir a percepção da comunidade sobre as políticas públicas ambientais locais, perguntou-se aos entrevistados se eles apresentavam conhecimento de algum Programa ou Projeto ambiental que estivesse sendo desenvolvido na região. Os percentuais mostraram-se baixos para respostas afirmativas sendo de 23% para a resposta “Sim” e 76% para “Não”.

Solicitou-se, então, que fossem mencionados os programas ou projetos ambientais (Tabela 3) e, como se verificou que os entrevistados, na sua maioria, citavam o assunto dos programas ou projetos e não os respectivos nomes decidiu-se criar categorias que englobassem os assuntos e manteve-se inalterados os que tiveram seus nomes mencionados.

Tabela 3: Programas/Projetos citados pelos entrevistados

Cursos	Infra-estrutura
Projetos Ambientais	Reciclagem
Projeto Aqua	Agentes/Monitores
Projeto Jovens	Reflorestamento
Projeto Sementinha	Fiscalização
Conservação/Preservação/Proteção	Turismo
Educação Ambiental	



A partir do levantamento documental realizado a partir do Sumário de Dados: de Paranapiacaba e Parque Andreense, ano base 2005 e de Santo André, ano base 2007, obteve-se uma lista dos Programas ambientais (não encontram listados os projetos ambientais) promovidos na região no período da última gestão - 2004 à 2008 - conforme mostra a Tabela 4. Supõe-se que alguns programas tiveram diferente denominação quando citados em um ou outro documento.

Tabela 4: Programas ambientais promovidos na região de estudo

Sumário de Dados de Paranapiacaba e Parque Andreense	Sumário de Dados de Santo André
Educação, Saúde, Cidadania e Meio Ambiente	Programa de Extensão em Meio Ambiente, Saúde e Cidadania
Educação Sanitária Domiciliar	Programa Domiciliar de Educação Ambiental
Gehidro	Gehidro
Formação de Agentes Ambientais Mirins	Programa de Formação de Agentes Ambientais Mirins
Educação Ambiental Continuada “Água Limpa”	Programa de Educação Ambiental Vivágua
Escola de Formação Ambiental	Projeto Aprender Meio Ambiente
Transporte escolar	Transporte escolar
Ecoprofissionalização de jovens (extinto em 2007)	-
Campanha informativa sobre riscos de chuvas de verão	-
Campanha informativa sobre Regularização Fundiária no Parque Represa Billings	-

Fonte: PMSA, 2006; PMSA, 2007 (Adaptado pela autora).

Desta forma, somente alguns dos programas realizados pela Subprefeitura são identificados pela população local e constata-se que não há um processo de avaliação contínua no sistema de gestão ambiental em vigor que possibilite a identificação dessa lacuna existente, sendo o processo avaliatório importante em qualquer sistema de planejamento e ordenamento ambiental.

Outro aspecto abordado foi se a variável tempo de residência poderia influenciar na percepção dos entrevistados acerca do conhecimento de programas ou projetos ambientais locais. A Figura 6 ilustra o cruzamento dessas questões.

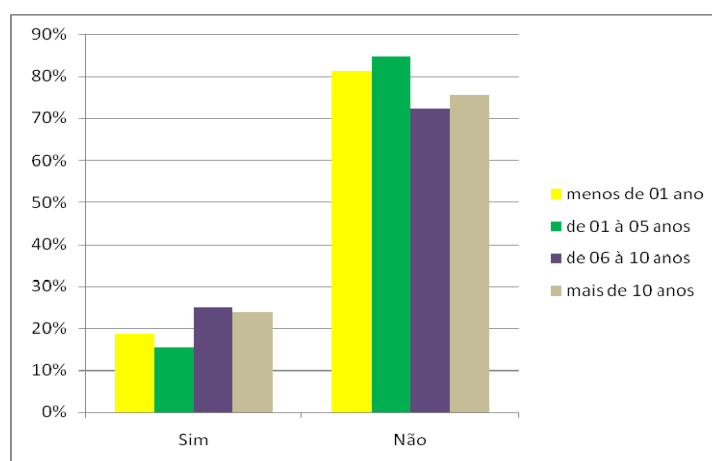


Figura 6: Porcentagem de respostas de conhecimento de Programas ou Projetos ambientais em relação ao tempo de residência na região

Nesse caso pode-se constatar que há uma relação direta entre o tempo de residência (moradia) e o conhecimento de programas ou projetos ambientais existentes, pois nos intervalos de tempo de até 1 ano e de 1 a 5 anos são menores para as respostas positivas e maior para as negativas. No geral, as pessoas que residem há mais de 6 anos apresentam maior conhecimento acerca dos programas existentes, e não somente as pessoas que residem há mais de 10 anos na região, porém, de acordo com a Figura 6, o percentual de percepção ainda é fragilizado, conforme descrito acima. Apesar do tempo de residência versus percepção de programas



ambientais ser uma relação direta e identificada, as pessoas que residem na região a menos de 6 anos poderiam estar perceptivelmente condicionadas a identificar os programas ambientais promovidos localmente, tendo em vista que os programas listados referem-se ao período da última gestão, de 2004 a 2008. Ao entendimento desta relação, outras variáveis podem influenciar diretamente.

A cultura e a inteligência são fatores internos ao ser humano e que podem influenciar na sua percepção. A cultura relaciona-se com o fato de uma experiência anterior despertar maior atenção ao fato percebido e a inteligência está ligada à capacidade mental, na qual está a motivação, que indica atenção dedicada às coisas sobre as quais se têm conhecimento, interessa ou dão prazer (PIOVESAN, 1970).

Desta forma, se a população sente-se desmotivada com relação aos assuntos propostos pela subprefeitura, isto pode caracterizar um comprometimento na percepção dos projetos ambientais propostos, por exemplo. Pode ser importante enfatizar, portanto, qual a satisfação que a população tem quanto à atuação da subprefeitura em solucionar os problemas ambientais da região, pois a insatisfação pode vir a gerar a falta de interesse ou desmotivação. A Figura 7 representa o percentual de satisfação que os entrevistados responderam quando questionados sobre a atuação da subprefeitura para solucionar os problemas ambientais da região.

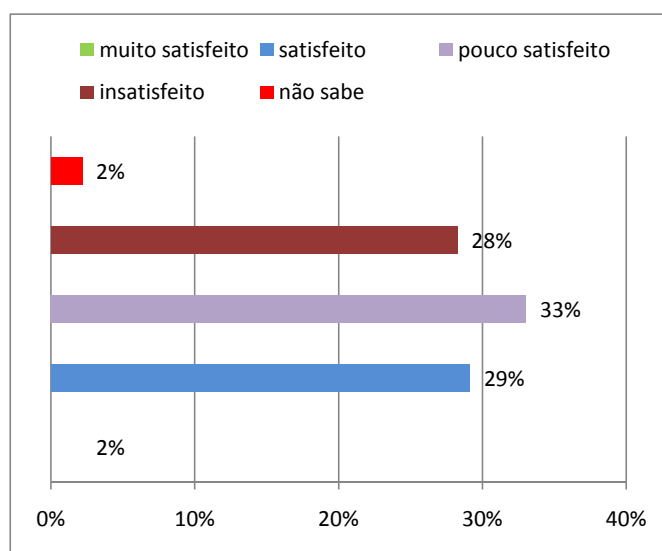


Figura 7: Porcentagem de respostas da satisfação dos moradores quanto à atuação da subprefeitura para solucionar os problemas ambientais.

As maiores porcentagens concentram-se entre moradores insatisfeitos e pouco satisfeitos, o que poderia corroborar com a explicação proposta acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das questões analisadas pôde-se concluir que há um grande problema de infra-estrutura na região, que acarreta danos ao meio ambiente (contaminação dos corpos d'água devido ao descarte inadequado de esgoto) e à saúde da população (usuária das águas provenientes destes corpos). Como instituído no Plano Diretor Municipal, a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais é classificada dentro da Macrozona de Proteção Ambiental (áreas de proteção do meio ambiente natural), que considera como algumas de suas propostas a proteção dos recursos naturais e recuperação das áreas ambientalmente degradadas. Desta forma, um planejamento dos meios adequados a proporcionar uma infra-estrutura básica para a população pode promover ganhos ambientais em longo prazo e a melhoria da qualidade de vida da população residente.

Evidencia-se que um maior percentual da comunidade residente do Distrito de Paranapiacaba e Parque Andreense não percebe os programas e projetos ambientais propostos pela administração local. Em acordo com princípios da promoção de uma Agenda 21 Local Municipal, deve haver a participação da sociedade civil nos processos decisórios, sendo a avaliação das políticas propostas e implementadas uma das ferramentas de gestão.



A Subprefeitura tem autonomia para legislar na região, porém reporta-se ao Distrito Sede. Dessa forma seria importante haver uma forma de avaliação da subprefeitura que identificasse se os objetivos das ações planejadas e executadas estão sendo alcançados e, no caso de negativa, identificar as lacunas a serem corrigidas e traçar novas ações visando o aperfeiçoamento da gestão dos programas e projetos por meio da aplicação de um processo avaliatório que possa utilizar a percepção como forma de extrair o conhecimento da comunidade local acerca dos problemas existentes e dos reflexos das ações implantadas na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, R. L. Mapa de localização do Município de Santo André no Estado de São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_Municip_SantoAndre.svg>. Acesso em: 16 mai. 2009.
2. ADDISON, E. E. [dissertação de mestrado] **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
3. ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F.; DUARTE, C. G. O Sistema Municipal de Meio Ambiente: avanços e desafios. Enviado para a **Revista Ambiente e Sociedade**, jul. 2008.
4. CEZARE, J. P.; MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR, A. Avaliação de Política Ambiental e Sustentabilidade: Estudo de Caso no Município de Santo André – SP. **Revista Resa**, v. 12, n. 4, out./dez. 2007.
5. CHAVES, M. P. S. R. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local Interações**, v. 8, n. 13. Campo Grande, set. 2006.
6. CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
7. COIMBRA, J. A. A. **Módulo II: Gestão Ambiental**. Curso de Gestão Ambiental Municipal, Bahia.
8. DALAL-CLAYTON AND BASS. **Sustainable Development Strategies – A Resource Book**. International Institute for Environment and Development. London: Earthscan Publications Ltd, 2002.
9. DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, p. 237, 1996.
10. FARIA, C. A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.
11. FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Um curso de estatística**. São Paulo: Atlas; 1996.
12. FORGUS, R. H. **Percepção. O processo básico do desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Herder, 1971.
13. FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000.
14. MILANI, C. R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Revista Sociologias**, n. 16. Porto Alegre, jul/dez. 2006.
15. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Temas: Agenda 21**. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2008.
16. PHILIPPI JR A.; MALHEIROS, T. F. **Gestão ambiental local: estratégia para integrar qualidade ambiental urbana e desenvolvimento humano**. In: Santana AP (ed). **Planejamento Urbano e Avaliação do Impacte na Saúde**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.
17. PIOVESAN, A. Percepção Cultural dos Fatos Sociais: suas implicações no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 4, n. 1, p. 85, 87. São Paulo, jun./1970.
18. PMSA – Prefeitura Municipal de Santo André - São Paulo. **Sumário de Dados de Paranapiacaba e Parque Andreense 2006** – ano base 2005. Santo André, 2006.
19. PMSA – Prefeitura Municipal de Santo André - São Paulo. **Sumário de Dados de Santo André 2008** – ano base 2007. Santo André, 2008.
20. QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.
21. SILVA, N. N. **Amostragem probabilística : um curso introdutório**. São Paulo: EDUSP; 1998.
22. SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, caderno n. 48, 2000.